

1 Aos três dias do mês de setembro de 2020, às 14h00, os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco -
2 CBHSF reuniram-se, por meio de videoconferência – plataforma Google Meet com transmissão on line no canal do CBHSF
3 no Youtube, para participarem da XXXVIII Plenária Ordinária do CBHSF, cuja temática é “A Vida Aquática e os Usos
4 Múltiplos”. **Participaram os seguintes membros titulares:** Nelson Cunha Guimarães, COPASA - Companhia de Saneamento de
5 Minas Gerais; Heloísa Cristina França Cavallieri Pedrosa, Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itabirito - SAAE Itabirito;
6 Evanildo Pereira de Lima, Empresa Baiana de Águas e Saneamento - EMBASA; João Raphael Silva de Queiroz, Companhia
7 Pernambucana de Saneamento - COMPESA; José Roberto Valois Lobo, Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL
8 (YouTube); João Carlos de Melo, Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM; Deivid Lucas de Oliveira, Federação das
9 Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG; Jadir Silva de Oliveira, Associação das Indústrias Sucroenergéticas do Estado
10 de Minas Gerais; Junich Tani - Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco – FIEPE; Guilherme da Silva Oliveira,
11 Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – FAEMG; Glauciana Araújo – Associação dos Agricultores e
12 Irrigantes da Bahia – AIBA; Ednaldo de Castro Campos, Associação dos Fruticultores da Adutora da Fonte - AFAF; Anselmo
13 Barbosa Caires, Associação dos Condutores de Visitantes do Morro do Chapéu; José Maciel Nunes de Oliveira, Federação
14 dos Pescadores do Estado de Alagoas - FEPEAL; Renato Junio Constâncio, Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG;
15 Altino Rodrigues Neto, Instituto Opará; José Valter Alves - Associação Comunitária de Estiva II; Ronald de Carvalho Guerra –
16 Instituto Guaicuy; Johann Gnadlinger - Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA; Anivaldo de
17 Miranda Pinto - Instituto Ecoengenharia; Rosa Cecília Lima Santos, Organização Sócio Cultural Amigos do Turismo e do Meio
18 Ambiente - OSCATMA; Almacks Luiz Silva, Consórcio de Desenvolvimento Sustentável de Diamantina; Márcio Tadeu
19 Pedrosa, Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES/MG; Yvonilde Dantas Pinto Medeiros,
20 Universidade Federal da Bahia - UFBA; Juliane Tolentino de Lima, Universidade Federal do Vale do São Francisco –
21 UNIVASF; Melchior Carlos do Nascimento – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – ACREAL/AL;
22 (apenas dia 03/09) Sandra Maria da Silva Andrade, Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas - CONAQ; Cícera
23 Leal Cabral, Pankará; Lessandro Gabriel da Costa, Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata/MG; Roberto Carlos Rodrigues da
24 Silva, Prefeitura Municipal de Três Marias; João Pedro da Silva Neto, Prefeitura Municipal de Juazeiro/BA; Gustavo Antônio
25 Carneiro – Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - ADASA/DF; Suzana Maria Gico
26 Lima Montenegro – Agência Pernambucana de Águas e Clima - APAC; Pedro Lucas Cosmo de Brito, Secretaria de Meio
27 Ambiente e Recursos Hídricos de Alagoas – SEMARH/AL; Ailton Francisco da Rocha, Secretaria de Estado do
28 Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade de Sergipe – SEDURBS; João Ricardo Raiser, Secretaria de Meio Ambiente e
29 Recursos Hídricos de Goiás – SEMARH; Rachel Landgraf de Siqueira, Ministério do Meio Ambiente – MMA; Marlian Leão de
30 Oliveira, Ministério de Minas e Energia – MME. **Participaram os seguintes membros suplentes:** Valeska Cavalcante da Costa,
31 Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL; Thaisi C. Tavares de Oliveira, Agro Indústrias do Vale São Francisco S/A –
32 AGROVALE; Cláudio Ademar da Silva, Cooperativa dos Produtores Agropecuários do Projeto Glória Ltda – COOPAG; Carlos
33 Vanderlei Leite Pinheiro, Rota das Águas Velho Chico (no exercício da titularidade); William Bertozzi Dornas, Náutico Clube
34 Três Marias (no exercício da titularidade); Sonáli Cavalcanti Oliveira, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF (no
35 exercício da titularidade); Ana Catarina Pires Azevedo Lopes, Instituto Vila Flor (YouTube); Luiz Roberto Porto Farias, Ordem
36 dos Advogados do Brasil/Alagoas – OAB/AL (no exercício da titularidade no dia 04/09); Cláudio Pereira da Silva,
37 Comunidades Quilombolas (YouTube); Breno Henrique da Silva Ramos, Prefeitura Municipal de Pompéu/MG (no exercício
38 da titularidade); Manoel Silvestre de Araújo, Prefeitura Municipal de Terra Nova/PE (no exercício da titularidade); Thiago
39 Santana por Marília Carvalho de Melo – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável,
40 SEMAD/MG (no exercício da titularidade); Larissa Cayres de Souza, Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia-
41 SEMA/BA (no exercício da titularidade); Pedro de Araújo Lessa, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e
42 Sustentabilidade de Sergipe – SEDURBS; Athadeu Ferreira da Silva, CODEVASF (no exercício da titularidade). **Justificaram a**
43 **ausência:** Adson Roberto Ribeiro, Associação da Bacia do São Pedro; Manoel Uilton dos Santos, Tuxá – Rodelas; Wilson
44 Rodrigues de Melo Junior, Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR. **Participaram também:** Manoel Vieira, Ohany
45 Vasconcelos, Thiago Campos, Rúbia Mansur, Mateus Carvalho e Célia Fróes, Agência Peixe Vivo; Luiza Baggio, Rodrigo
46 Angelis, Paulo Vilela e Mariana Martins – Comunicação CBHSF (Tanto Expresso); Flávia Rodrigues – ANA (Youtube). Para
47 iniciar a reunião, Rúbia Mansur, gerente de integração da Agência Peixe Vivo, agradece a presença de todos e apresenta as
48 orientações gerais de como funcionará a primeira reunião Plenária virtual do CBHSF. Em seguida, fala que esta reunião está
49 sendo gravada e caso algum membro não queira ter sua imagem gravada para que este desative a câmera. Além disso,
50 explica como funcionará a votação das deliberações em pauta, sendo que o presidente Sr. Anivaldo Miranda fará a leitura e

51 contextualização das deliberações e o vice presidente, Sr. José Maciel Oliveira, irá conduzir as votações. As votações
52 funcionarão da seguinte maneira, o membro que estiver de acordo ficará como está e os membros contrários e abstenções
53 terão que se manifestar. Comenta ainda que os membros suplentes e convidados estão assistindo a reunião via YouTube
54 por uma questão de ordem, por se tratar da primeira reunião on line. Em seguida, faz a leitura da lista de presentes e
55 solicita que, caso não tenha citado algum nome de membro presente, este se manifeste. Na sequência, Anivaldo Miranda
56 declara aberta a XXXVIII Plenária Ordinária do CBHSF e comenta que está com problemas com queda de energia e a bateria
57 do notebook está pela metade, caso a bateria acabe, o Sr. José Maciel conduzirá a reunião. Em seguida, o presidente do
58 CBHSF sugere que seja feita a inversão dos pontos de pauta da reunião e que as deliberações sejam tratadas no dia 03 de
59 setembro de 2020 para aproveitar o quórum. Na sequência, José Maciel explicita sobre os motivos da solicitação de
60 inversão de pauta e coloca em votação a proposta, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, Anivaldo Miranda
61 contextualiza sobre a Resolução nº 213, de 29 de junho de 2020 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), do qual
62 faz parte como representante dos comitês interestaduais, que aborda sobre a prorrogação dos mandatos dos comitês de
63 bacia hidrográfica federais, Comitê do Rio Grande, Comitê do Rio Paranaíba, Comitê do Rio São Francisco e Comitê do Rio
64 Verde Grande, os quais se encerrariam em 2020. Diz que essa resolução foi aprovada na reunião do CNRH com a ementa
65 redigida pelos comitês federais, que se reuniram previamente para discutir a situação e resolveram sugerir a prorrogação,
66 abrangendo não apenas os colegiados desses comitês, como também prorrogar o mandato dos membros das diretorias e
67 todas as instâncias englobando câmaras técnicas, grupos de trabalho, grupos de acompanhamento e no caso do CBHSF as
68 Câmaras Consultivas Regionais. Comenta ainda que esta situação estava pacificada, entretanto com a migração da pasta
69 “Água” do Ministério do Meio Ambiente para o Ministério do Desenvolvimento Regional, o presidente do CNRH passa a ser
70 o Ministro de Desenvolvimento Regional e os profissionais do MDR tiveram que se familiarizar com os temas debatidos pelo
71 CNRH. Por fim, a autorização para prorrogação dos mandatos foi aprovada pelo CNRH e a Diretoria do CBHSF elaborou uma
72 Deliberação *Ad Referendum* CBHSF nº 116/2020 que dispõe sobre a prorrogação, por um ano, os Mandatos dos Membros
73 Titulares e Suplentes e instâncias do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF, em razão do estado de
74 calamidade pública decorrente da Pandemia de COVID-19, e dá outras providências. Com isso, as atividades de mobilização
75 do processo eleitoral também foram suspensas devido à situação instaurada pela pandemia, pois a mobilização é feita de
76 forma presencial através de visitas a instituições e comunidades e tem como objetivo alcançar todas as comunidades da
77 bacia. Anivaldo Miranda explana que assim que a situação normalizar a mobilização será retomada. Em seguida, José Maciel
78 assume a fala e comenta que uma parte da fala de Anivaldo Miranda ficou comprometida, porém foi possível compreender
79 o tema em questão. Além disso, José Maciel comenta sobre a suspensão do processo eleitoral diante da pandemia e coloca
80 em votação a **Deliberação Ad Referendum CBHSF nº 12/2020** que aprova Suspensão do Processo Eleitoral para Gestão do
81 CBHSF 2020/2024, aprovada por unanimidade pelo Plenário. Na sequência, José Maciel comenta que o CBHSF já havia
82 aprovado o calendário de atividades do ano de 2020 contando com reuniões, seminários, oficinas e demais eventos de
83 forma presencial e foi preciso fazer uma modificação no calendário do CBHSF readequando-o a situação atual. Em seguida,
84 a **Deliberação Ad Referendum CBHSF nº 13/2020** que aprova a alteração do Calendário de Atividades do CBHSF para 2020 é
85 colocada em votação e é aprovada pelo plenário por unanimidade. O vice presidente do Comitê deixa claro que o formato
86 das reuniões previstos nesse novo calendário poderá ser alterado a depender da evolução da pandemia. Em seguida, José
87 Maciel retoma a contextualização relacionada a **Deliberação Ad Referendum CBHSF nº 116/2020**, que dispõe sobre a
88 prorrogação, por um ano, os Mandatos dos Membros Titulares e Suplentes e instâncias do Comitê da Bacia Hidrográfica do
89 Rio São Francisco – CBHSF, e completa dizendo que é importante a aprovação dessa deliberação para que o CBHSF não
90 perca o prazo e tenha o mandato prejudicado e coloca em votação a deliberação em questão, sendo esta aprovada por
91 unanimidade pelo Plenário. Com a palavra, Anivaldo Miranda comenta sobre Resolução ANA nº 18/2020 que dispôs “sobre
92 o adiamento da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, como medida emergencial de enfrentamento
93 dos efeitos causados pela pandemia de COVID-19, e estabelece procedimento de cobrança pelos usos relativos ao exercício
94 de 2020”. Explica que em abril de 2020 a Confederação Nacional das Indústrias - CNI solicitou ao Ministério do
95 Desenvolvimento Regional a suspensão da cobrança pelo uso da água, transferindo os boletos de abril a julho para o
96 exercício de 2021, retomando a cobrança nos meses de agosto a novembro. O MDR transferiu essa demanda para a
97 Agência Nacional de Águas, que emitiu uma resolução em meados de abril, atendendo em partes a solicitação da CNI,
98 transferindo os boletos de abril a julho para as parcelas de agosto a novembro, pois o pagamento é realizado em 8 boletos
99 ao longo do ano. Para Anivaldo Miranda, essa decisão não solucionou o problema, mas sim, concentrou as parcelas para o
100 final do ano. Nesse sentido, o CBHSF encaminhou um ofício para a ANA questionando alguns pontos, como por exemplo, a
101 falta de comunicação entre ANA, CBHS e Entidades Delegatárias para debater um tema tão relevante para esses entes e

102 como ficará os recursos de manutenção da entidade Delegatária, considerando uma frustração de receita. Foi criado um
103 GT, no âmbito do CNRH, com o objetivo de propor alternativas para que as entidades delegatárias possam utilizar
104 excepcionalmente em 2020, em razão da pandemia, parte dos recursos disponíveis em caixa para o custeio administrativo.
105 Segundo Anivaldo Miranda, o maior problema decorrente dessa situação é a inadimplência do pagamento dos boletos da
106 cobrança pelo uso da água e conseqüente diminuição da arrecadação e custeio da Agência Peixe Vivo. Por isso, ficou a
107 cargo do CNRH decidir o que seria feito com o custeio das Entidades Delegatárias já que a ANA suspendeu a cobrança pelo
108 uso dos recursos hídricos do ano de 2020, pois por mais que a ED tenha recurso em caixa esse deverá ser destinado aos
109 investimentos do CBH, a Lei 9.433 veda a utilização do recurso de investimento (92,5% da arrecadação) para custeio da
110 Entidade Delegatária. Segundo Anivaldo Miranda diz que caso esse recurso fosse utilizado para o custeio da Agência Peixe
111 Vivo se enquadraria num crime de responsabilidade fiscal, a não ser que isso seja legalizado de alguma maneira. Como por
112 exemplo, nos comitês estaduais do estado do Rio de Janeiro, onde o governo estadual liberou que as Entidades Delegatárias
113 retirassem uma quantia da conta de investimentos e utilizasse como um adiantamento do custeio, para que após a
114 normalização o recurso seja devolvido para a conta de investimentos. Além disso, os comitês sugeriram à ANA que
115 mensurasse a inadimplência ao final de 2020 para que o pagamento fosse realizado em parcelas passíveis de pagamento,
116 diluindo em 2021 e 2022 através de uma negociação com os credores para resolver as dívidas dos usuários. Por fim,
117 Anivaldo Miranda comenta que o CNRH aceitou o relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho formado no CNRH, que
118 delega à ANA a decisão sobre emissão de boletos e negociação com usuários e para as Entidades Delegatárias a consulta
119 sobre a legalidade das entidades retirarem recurso da conta de investimento para a conta de custeio, como feito no estado
120 do Rio de Janeiro, como uma espécie de adiantamento. Diz ainda que assim que o tema for resolvido no âmbito do CNRH o
121 CBHSF irá agendar uma reunião extraordinária para debater o tema no âmbito do comitê. Segundo Anivaldo Miranda, a
122 Agência Peixe Vivo possui os relatórios elaborados pelo Grupo de Trabalho e as resoluções referentes ao tema, e para quem
123 tiver interesse pode solicitar essas informações. Na sequência, Rúbia Mansur comenta que a Agência Peixe Vivo, em
124 conjunto com a Diretoria do CBHSF, tomou algumas medidas necessárias para a economia financeira, como o fechamento
125 dos escritórios regionais de Bom Jesus da Lapa/BA e Petrolina/PE, além do fechamento de uma das salas de Maceió/AL.
126 Explica que os funcionários não foram demitidos e estão trabalhando no formato *home office*, não prejudicando o
127 andamento das atividades das CCRs. Em seguida, José Maciel coloca em votação a **Deliberação Ad Referendum CBHSF nº**
128 **114/2020** que dispõe sobre a autorização da Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo – Agência Peixe Vivo à adoção de
129 medidas necessárias para economia financeira do custeio administrativo de suas atividades, que foi aprovada por
130 unanimidade. Na sequência, José Maciel passa a palavra para o gerente de projetos da APV, Thiago Campos, para falar
131 sobre a proposta de reenquadramento de algumas despesas que eram de custeio para o investimento. Em seguida, Thiago
132 Campos, contextualiza a situação e comenta que devido a Resolução ANA nº 29/2020, que dispõe sobre o enquadramento
133 das despesas a ser observado pelas entidades delegatárias das funções de Agências de Água, referentes à aplicação dos
134 valores arrecadados com a cobrança pelos usos de recursos hídricos de domínio da União, no âmbito dos contratos de
135 gestão firmados nos termos da Lei nº 10.881, de 9 de junho de 2004, foi possível enquadrar os funcionários da Gerência de
136 Projetos em despesas finalísticas, dentre outras despesas, como aquisição de equipamentos de informática. Nesse sentido,
137 a Agência Peixe Vivo fez uma proposta de inclusão de despesas custeadas com recurso do custeio, como por exemplo, o
138 pagamento de salários de funcionários que atuam exclusivamente em atividades finalísticas e alguns sistemas de
139 informática. Diante disso, elaborada a **Deliberação Ad Referendum CBHSF nº 115/2020** que dispõe sobre a atualização e
140 promoção do reenquadramento de despesas previstas no Plano de Aplicação Plurianual 2018-2020. Segundo Thiago
141 Campos, foram incluídas duas rubricas que até então não existiam, são elas o desenvolvimento e gerenciamento técnico de
142 estudos, programas, projetos e obras incluídos no PRH-SF, com aporte de R\$ 300.000,00 no período de julho a dezembro de
143 2020 e R\$ 160.000,00 para a rubrica de aquisição, operação e manutenção de sistemas corporativos de informática. Ao
144 total, o aporte foi de R\$ 460.000,00, retirado da rubrica de Plano Continuoado de Mobilização e Sensibilização Ambiental e
145 Campanha em defesa do SF, o que corresponde a 10% da rubrica. Além disso, Thiago Campos comenta que esse valor não
146 prejudica os investimentos do CBHSF e fará toda diferença no custeio da Agência Peixe Vivo. Comenta ainda que o Caderno
147 de Investimentos das rubricas detalham os pontos que podem ser pagos a partir daquela rubrica. Em seguida, Junich Tani
148 pede a palavra e questiona sobre a descrição da rubrica referente ao pessoal técnico já que os escritórios de Bom Jesus da
149 Lapa/BA e Petrolina/PE foram desativados, mas foi ressaltado que os funcionários continuam em *home office*. Thiago
150 Campos explana que os funcionários citados na rubrica são exclusivamente da área de projetos, pois a Resolução ANA nº
151 29/2020 permite apenas o pagamento do pessoal de áreas finalísticas, que lida diretamente com os investimentos previstos
152 o PRH, no caso, os funcionários dos escritórios regionais não se enquadram. Em seguida, José Maciel comenta que essa já é

153 uma solicitação antiga do CBHSF e que só foi possível realizar agora devido a Resolução ANA. Na sequência, José Maciel
154 coloca a *Deliberação Ad Referendum* CBHSF nº 115/2020 em votação, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida,
155 Rúbia Mansur comenta que o próximo ponto de pauta, sobre o Pacto das Águas, é um informe que seria dado pelo
156 presidente Anivaldo Miranda, porém como ele teve problemas com a bateria de seu notebook, sugere que o ponto seja
157 passado para o Thiago Campos. Na sequência, Thiago Campos contextualiza sobre a proposta do Pacto das Águas, onde seu
158 Modelo Conceitual, elaborado pelo Consultor Leonardo Mitre, foi apresentado na Reunião Plenária de dezembro/2019.
159 Mais adiante, sentiu-se a necessidade de discutir sobre o Pacto das águas em todas as instâncias do CBHSF. Sendo assim, o
160 Modelo Conceitual do Pacto das Águas foi apresentando em todas as Câmaras Consultivas Regionais e Câmaras Técnicas
161 para que os membros possam contribuir e por fim elaborar uma minuta de deliberação para ser discutida em Plenário, com
162 o objetivo de que as próximas gestões possam ingressar com o Pacto das Águas para toda a bacia. Em seguida, Johann
163 Gnadlinger pede a palavra e comenta que o Pacto é muito importante e propõe que o CBHSF estude sobre o Rio Murray-
164 Darling na Austrália, que é um Rio muito parecido com o Rio São Francisco, está inserido numa região semiárida e possui
165 um Pacto. Na sequência, Márcio Pedrosa pede a palavra e questiona como a Agência Nacional de Águas vê o Pacto das
166 Águas e como está sendo o diálogo do CBHSF com a ANA. Em seguida, Thiago Campos explana e comenta que a princípio o
167 objetivo é discutir o assunto em todas as instâncias do CBHSF para esgotar o conhecimento e entendimento do propósito
168 do Pacto das Águas internamente, aprovar a deliberação referente ao Pacto para depois traçar estratégias e firmar
169 parcerias com os órgãos gestores estaduais e ANA. Na sequência, José Maciel completa dizendo que é interessante
170 trabalhar esse assunto internamente antes de trabalhar com outras entidades. Em seguida, Professora Yvonilde Medeiros
171 pede a palavra e comenta que no Plano de Recursos Hídricos do SF de 2004 já havia sido apresentada a ideia de Pacto das
172 Águas, a última versão também tentou retomar esse tema para o Plano, entretanto, a empresa que elaborou o Plano em
173 conjunto com a Câmara Técnica que acompanhou o processo, entendeu que o Pacto das Águas era um assunto muito mais
174 abrangente do que o Plano de Bacia. E agora, a proposta do Pacto das Águas veio mais estruturada, através de um consultor
175 contratado para tal e o assunto pode ser discutido no CBHSF e na ANA, ou seja, esse assunto vem sendo discutido desde
176 2004 e a ANA tem conhecimento sobre essa discussão. Na sequência, Márcio Pedrosa comenta que dessa vez o assunto
177 está sendo tratado com mais clareza e diz ser importante nivelar a informação referente ao Pacto das Águas dentro do
178 comitê. Além disso, Professora Yvonilde Medeiros comenta sobre a Resolução ANA nº 2.081/2017 que dispõe sobre as
179 condições para a operação do Sistema Hídrico do Rio São Francisco, que compreende os reservatórios de Três Marias,
180 Sobradinho, Itaparica (Luiz Gonzaga), Moxotó, Paulo Afonso I, II, III, IV e Xingó, segundo Yvonilde, a resolução define sobre o
181 volume a ser liberado de acordo com o volume do reservatório. Comenta também que pelo fato de estarmos vivenciando
182 um período mais úmido, ficou especificado na resolução, que posteriormente, numa fase melhor em termos de volume de
183 reservatório, seria discutido no âmbito do comitê, sobre as cheias. E que ainda existe uma deliberação do CBHSF que define
184 o volume provisório de 20% até que fosse realizado um estudo sobre esse assunto. Segundo Yvonilde Medeiros, o IBAMA
185 define essas vazões, chamadas de ecológicas ou ambientais, de acordo com as demandas do ecossistema, e por isso, o
186 órgão convidou pesquisadores da região para auxiliar na decisão de qual deve ser o valor da cheia, a duração e o período.
187 Além disso, comenta que no Plano de Bacia Hidrográfica de 2004 e de 2016 fica claro que o Pacto deve ser iniciado com a
188 definição do valor da vazão a ser liberado para o ecossistema. Assim que o valor de cheia for definido, será possível definir
189 os demais valores, usos consultivos, vazões de entrega e demais acordos. Em seguida, José Maciel comenta que é
190 importante destacar que a questão relacionada ao Pacto das Águas vem sendo discutida no comitê e ganhou mais força
191 após a consultoria que foi realizada. Na sequência, José Maciel convida Altino Rodrigues para falar sobre a UHE Formoso.
192 Com a palavra, Altino Rodrigues solicita à diretoria e ao plenário para que seja feita uma inversão de pauta e que ele
193 informe sobre a qualidade do Rio Paraopeba e em seguida sobre a UHE Formoso. O plenário concorda. Em seguida, Altino
194 Rodrigues comenta sobre a qualidade da água do Rio Paraopeba após um ano do rompimento da Barragem do Córrego do
195 Feijão, fundamentado por um estudo elaborado pela FIEMG com base nos comparativos do IGAM analisado em abril de
196 2020. O estudo levou em conta duas séries históricas, 97-2018 e janeiro de 2019 – abril 2020. Segundo Altino Rodrigues,
197 não se observa alterações relevantes na qualidade da água, pois o rio já era contaminado antes do rompimento da
198 barragem, a contaminação se agravou no primeiro momento após o rompimento e atualmente todos os parâmetros
199 analisados estão dentro da normalidade, tanto no rio Paraopeba quanto no Lago de Três Marias. Entretanto, Altino
200 Rodrigues faz um questionamento sobre a normalidade da situação e se dirige ao órgão ambiental questionando se os
201 responsáveis pelo rompimento estão fazendo o monitoramento devidamente e se os resultados não demonstram nenhum
202 problema. Para Altino, existem de fato alguns problemas que devem ser considerados. Como por exemplo, a qualidade do
203 pescado do rio Paraopeba e do Lago de Três Marias. Diz que a CCR Alto se manifestou formalmente à SEAPA – Secretaria de

204 Agricultura de Minas Gerais sobre os dados coletados e não obteve retorno, outro ponto a ser questionado é o motivo pelo
205 qual a água ainda não foi liberada para consumo animal, já que os parâmetros de qualidade estão dentro da normalidade.
206 Segundo Altino Rodrigues o CBHSF poderia solicitar respostas junto aos órgãos competentes. Em seguida, Deivid Oliveira
207 completa que os dados aos quais Altino Rodrigues se refere foram apresentados na última Reunião Plenária, em Aracaju, e
208 que a FIEMG analisou os dados disponibilizados pelo IGAM. Na sequência, Ronald Guerra, representante do Instituto
209 Guaicuí, pede a palavra e comenta que o Instituto Guaicuí está trabalhando com a comunidade do baixo Paraopeba e região
210 do entorno de Três Marias, através de um TAC – Termo de Ajustamento de Conduta do Ministério Público, acompanhado
211 por uma auditoria. Segundo Ronaldo Guerra, é importante comentar que uma coisa é a análise físico-química das amostras
212 de água do crime ambiental que ocorreu, entretanto é importante fazer uma análise na ictiofauna, biodiversidade e no
213 impacto social que ocorreu na região. Além disso, sugere que seja feita uma apresentação do trabalho que está sendo feito
214 nas comunidades atingidas e o que está sendo vivenciado na região, para que se tenha uma visão sistêmica do processo, e
215 não apenas uma análise fria de dados físicos. Em seguida, Thiago Santana, representante do Instituto Mineiro de Gestão das
216 Águas, solicita a palavra para dar alguns esclarecimentos e comenta que o IGAM está monitorando toda a bacia do Rio
217 Paraopeba e elabora boletins mensais, Boletim do Cidadão, com uma linguagem mais palatável para o cidadão e
218 disponibiliza tais boletins no site institucional. Segundo Thiago Santana, os dados servem para subsidiar uma tomada de
219 decisão e não para atender interesses, se não, coloca em cheque instituições que têm credibilidade, competência e
220 certificação sobre um processo de apuração, ainda mais se tratando de uma questão séria e grave que compromete a vida
221 de toda uma sociedade/comunidade. Além disso, o último boletim emitido, em 25 agosto de 2020, que apresenta dados
222 coletados no mês anterior, apresenta poucos parâmetros em distorção, sendo eles, alumínio em 3 dos 16 pontos
223 monitorados, manganês em 6 pontos dos 16 monitorados e ferro dissolvido em 2 dos 16 pontos de monitoramento.
224 Segundo Thiago Santana, o que cabe ao IGAM, monitorar e regular o uso, está em consonância com tudo que está
225 estabelecido em norma e acrescenta que é importante dar clareza sobre os entes públicos e não deixar que dados tão bem
226 qualificados sejam questionados. Na sequência, Almacks Silva pede a palavra e comenta que o Submédio tem uma grande
227 preocupação com a questão do monitoramento dessas águas, pois sabe-se que a ONG SOS Mata Atlântica contestou as
228 análises do IGAM devido ao casamento da instituição com as mineradoras. Segundo ele é importante realizar as análises de
229 sedimento, são análises caras, porém necessárias e a sociedade civil quer saber quais são esses resultados. Além disso,
230 solicita que quando os dados forem levados ao comitê, que entreguem também, os dados de sedimentos, pois só os dados
231 de qualidade da água não são suficientes. Em seguida, Lessandro Gabriel comenta sobre o crime ocorrido em Brumadinho e
232 diz ser importante Ronald Guerra fazer a apresentação do trabalho do Instituto Guaicuí para que o CBHSF tome
233 conhecimento sobre a situação das comunidades locais. Na sequência, Breno Henrique, representante da prefeitura de
234 Pompéu/MG, comenta que é vizinho da região de Felixlândia e compartilha com a preocupação exposta por Altino
235 Rodrigues sobre a falta de informação sobre o Pescado, quais são as análises e os resultados, pois com a pandemia o
236 consumo de peixes aumentou e não se tem uma informação oficial sobre a qualidade do pescado. Além disso, Breno
237 Henrique comenta que a Vale está elaborando um diagnóstico do rio e os impactos ecológicos e para a vida humana, porém
238 o diagnóstico irá finalizar em 2022, quatro anos após o incidente do rompimento da barragem. Em seguida, Professora
239 Yvonilde Medeiros comenta sobre a fala de Thiago Santana do IGAM e explica que uma visão fragmentada sobre o meio
240 ambiente gera uma visão deturpada e talvez seja o momento de o CBHSF usar a múltipla visão que tem para dar a
241 informação de forma mais integrada, pois acaba prejudicando a percepção. Na sequência, Thiago Santana comenta que
242 como representante de uma entidade pública e órgão gestor, o trabalho é realizado em cima de competências e restrições,
243 diferente do setor privado. Comenta ainda que compreende a visão da professora sobre a multidisciplinaridade, entretanto,
244 o IGAM passa por auditorias do Ministério Público Estadual de Minas Gerais e Federal, que têm atuado em prol de integrar
245 ações para que a sociedade tenha um retorno mais efetivo para que não tenha somente um órgão monitorando a água,
246 sem que haja uma conversa próxima dos órgãos que estão atuando sobre o controle da qualidade do pescado, ou sobre as
247 comunidades ribeirinhas. Ou seja, esse conceito que está sendo trabalhado em conjunto com o Ministério Público traz
248 essa ótica. Além disso, Thiago Santana sugere que o comitê questione o Ministério Público sobre os grandes projetos de
249 recuperação da bacia que estão sendo elaborados. Em seguida, Ronald Guerra pede a palavra e comenta que somente
250 análises físico-químicas não resolvem o problema e diz ser importante trabalhar com essa visão sistêmica. Além disso,
251 comenta que esses trabalhos estão sendo realizados através de um TAC com o Ministério Público, que contratou empresas
252 para trabalharem com as comunidades atingidas, a região do Baixo Paraopeba e Entorno de Três Marias. Fala ainda que se
253 não houvesse impacto não estaria sendo investido recurso do TAC com Vale para o desenvolvimento de uma proposta
254 desse nível. Por fim, Ronald Guerra sugere que este assunto seja abordado na próxima Reunião Plenária para analisar o

255 andamento da situação e convidar especialistas para abordar sobre os sedimentos, biodiversidade aquática. Em seguida,
256 Athadeu Ferreira da Silva, representante da CODEVASF, pede a palavra e sugere que seja elaborada uma pauta para discutir
257 sobre o regaste do dano de bacias e barragens e incluir a Barragem do Bico da Pedra, mineradora de ouro, que pertence à
258 Bacia do Rio Verde e convidar os presidentes do CBH Paracatu e CBH Verde Grande para que esse assunto seja tratado no
259 CBHSF de forma preventiva. Na sequência, Altino Rodrigues, representante do Instituto Opará, comenta ter conversado
260 com o presidente do CBH Paraopeba sobre o assunto e que o CBH Paraopeba tem o mesmo entendimento sobre a
261 discussão, que existem várias dúvidas sobre os dados levantados na região e, além disso, o Ministério Público elaborou
262 apenas um relatório com os dados levantados no Rio Paraopeba após o incidente. Ademais, Altino Rodrigues comenta que
263 os dados ainda estão sendo levantados e que existe uma equipe multidisciplinar do Instituto Guaicuí trabalhando na região
264 e aguardando o envio desses dados. Acrescenta que é importante receber os dados para que seja possível tirar conclusões a
265 partir da análise das informações e posteriormente o Instituto Guaicuí seja convidado para uma reunião plenária ou
266 seminário para explanar sobre os dados, nivelar todas essas informações e analisar de que maneira o CBHSF pode atuar. Em
267 seguida, Pedro Lessa, representante da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade de Sergipe –
268 SEDURBS solicita a palavra e explica que o CBHSF é uma entidade democrática e eclética, e por isso, é importante que se
269 tenha uma opinião do comitê sobre análise dos sedimentos na bacia do Rio Paraopeba. Nesse sentido, Pedro Lessa sugere
270 que se crie uma câmara Técnica ou um Grupo de Trabalho dentro de uma das CT's para abordar o tema, analisar os dados e
271 na sequência se tenha o posicionamento do comitê sobre o assunto. Na sequência, Altino Rodrigues comenta sobre o
272 próximo ponto de pauta, a construção da Usina Hidrelétrica de Formoso na calha do rio São Francisco na região do Alto SF,
273 a jusante da represa de Três Marias aproximadamente 90 km de rio inundado. Altino Rodrigues acrescenta a importância do
274 comitê em promover uma discussão sobre esse assunto, pois a proposta do empreendimento foi realizada de modo
275 obscura, sem o compartilhamento de informações, saiu como uma demanda da presidência da república às pressas, e
276 atualmente, a empresa Quebec Engenharia assumiu o projeto que irá gerar apenas 306 MW. O CBHSF preocupado com
277 esse assunto, levando em consideração as comunidades que ali vivem, o impacto ambiental e os possíveis danos ao rio e à
278 bacia, decidiu elaborar uma série de seminários com o intuito de ampliar as discussões sobre a construção da UHE Formoso.
279 Altino Rodrigues comenta que o primeiro seminário irá abordar sobre a biodiversidade e as questões ambientais; o segundo
280 seminário sobre questões sociais e o terceiro sobre questões de geração de energia e licenciamento, criando um espaço
281 para debates para todos os envolvidos no processo. Por fim, Altino comenta que o CBHSF buscou informações sobre o
282 empreendimento junto ao MME, que explicou que o projeto estava em fase preliminar, entretanto, a agente de
283 comunicação da empresa Quebec informou que o processo já evoluiu e está em fase de EIA, inclusive com convênio
284 assinado entre IBAMA e SEMAD. Para Altino Rodrigues, o processo de construção da UHE Formoso vem evoluindo
285 rapidamente e sem a devida informação à população e ao comitê, nesse sentido, a CCR Alto se fez presente, formou um
286 Grupo de Trabalho que está à frente na organização dos seminários e se colocou à disposição para buscar as devidas
287 informações sobre o assunto. Na sequência, Ronald Guerra, membro do GT comenta que o Instituto Guaicuí e o Projeto
288 Manuelzão estão acompanhando o processo e têm uma posição em relação ao empreendimento, estão à frente na luta
289 contra esse empreendimento. Além disso, Ronald Guerra convida os membros do CBHSF que fazem parte da área de
290 pesquisa a participarem do grupo que se chama Velho Chico Vive – Pesquisa, criado para debater as questões relacionadas
291 ao empreendimento. Logo na sequência, Rúbia Mansur fala que foi contratada uma empresa para elaborar o Plano de
292 Comunicação da UHE Formoso, e a responsável explicou que em setembro irá concluir o Plano de Comunicação, elaborar o
293 EIA/RIMA a partir do mês de outubro/2020 com duração de um ano, e entregar para a SEMAD o estudo para que a licença
294 seja emitida em 2022, cronograma base da empresa Quebec Engenharia. Em seguida, Renato Constâncio comenta que é
295 importante ter essa noção do prazo que está sendo utilizado pela empresa para que o comitê possa monitorar esse
296 cronograma e definir seu posicionamento sobre o empreendimento. Na sequência, Marlian Leão, nova representante do
297 Ministério de Minas e Energia, pede a palavra e comenta que não faz parte da secretaria de Planejamento e não saberia
298 informar sobre a UHE Formoso, entretanto, explica que a fase inicial está atrelada à ANEEL e comenta que pelo fato do
299 projeto estar iniciando a fase de estudos ambientais é um ponto positivo, pois a partir desses estudos a sociedade ficará
300 ciente sobre os problemas que podem vir a existir, sendo um ponto de partida para a tomada de decisão. Além disso,
301 relembra que os reservatórios de água supriram a última escassez de água e contribuíram para que não houvesse falta do
302 recurso. Marlian Leão explica que a fase de estudos é muito importante, que é interessante o CBHSF manter a mente
303 aberta sobre o empreendimento, pois existem pontos positivos nesse tipo de projeto. Se coloca a disposição para tratar
304 sobre o assunto e comenta que poderá trazer informações sobre o empreendimento da UHE Formoso na próxima reunião,
305 se for de interesse dos membros. Em seguida, o vice-presidente, José Maciel, comenta sobre o próximo ponto de pauta a

306 Usina Nuclear Itacuruba e convida o Gerente de Projetos da APV, Thiago Campos, a explanar sobre o assunto. Na sequência,
307 Thiago Campos comenta que surgiu como demanda do CBHSF a realização de uma avaliação prévia, por meio de
308 consultoria, sobre a possibilidade de instalação da Usina Nuclear de Itacuruba. Nesse sentido, Thiago Campos comenta que
309 será elaborado um estudo preliminar sobre os possíveis impactos de se construir uma usina nuclear às margens do rio São
310 Francisco, mais especificamente no município de Itacuruba. Além disso, comenta que provavelmente a empresa já estará
311 contratada num prazo de até 30 dias. Em seguida, Johann Gnadlinger comenta que apresentou sobre o tema na CCR
312 Submédio e explicou sobre os impactos sociais, ambientais, escassez de água e qualidade da água. Nesse sentido, Johann
313 Gnadlinger sugere que se convide o Professor Celio Bermann, físico da USP, que fez uma avaliação sobre a Usina Nuclear de
314 Angra III e chama a atenção sobre a escassez da água, 43 m³ de água por segundo para realizar três processos de
315 aquecimento e resfriamento, porém são seis usinas, o que gastaria 258 m³ de água, e o professor mostra como esse fato
316 está atrelado à escassez hídrica. Além disso, Johann Gnadlinger comenta e traz dados sobre o superdimensionamento das
317 obras de grande porte, como em usinas hidrelétricas e na transposição do rio São Francisco. Nesse sentido, explana sobre a
318 importância de se estabelecer o Pacto das Águas, pois até hoje, existem impactos do acidente que ocorreu em Fukushima.
319 Por fim, sugere que seja feito um seminário para discutir esse assunto e trazer informações sobre os impactos das usinas
320 nucleares na região de Itacuruba. Em seguida, José Maciel agradece a fala de Johann Gnadlinger e concorda com a
321 relevância do tema e a importância de realizar um seminário sobre o assunto e comenta que o CBHSF ainda não se
322 posicionou sobre o assunto devido ao fato da diretoria estar reunindo informações precisas e técnicas sobre a proposta de
323 implementação da usina nuclear para que o colegiado possa tomar decisões. Em seguida, Juliani Tolentino complementa a
324 fala de Johann Gnadlinger e Thiago Campos sobre a Usina Nuclear de Itacuruba, comenta que a CCR Submédio vem
325 discutindo esse assunto, que o CBHSF se coloca a disposição para debater sobre o assunto e que a Academia Pernambucana
326 de Ciência – APC também se colocou à disposição para reunir especialistas para contribuírem com essa discussão. Juliani
327 Tolentino comenta que ainda não se sabe se o seminário será de forma virtual ou presencial, devido à pandemia e a
328 situação vivenciada atualmente, porém, a APC já está reunindo nomes para contribuir com esse evento. Acrescenta que
329 para que o projeto da usina nuclear saia do papel será necessário uma mudança na constituição do Estado de Pernambuco,
330 pois atualmente a constituição não permite a execução de um projeto como esse antes de saturar todas as demais
331 possibilidades de energias alternativas, como por exemplo, a eólica e solar. Entretanto, existe pressão política que está
332 sendo feita com relação a esse projeto e enfatiza a importância do posicionamento e mobilização do CBHSF. Na sequência,
333 José Maciel agradece a fala do coordenador da CCR Submédio e comenta que o CBHSF sempre se coloca a disposição em
334 debates como este. Em seguida, Thiago Campos explica mais detalhadamente sobre a contratação, a pedido de Cícera
335 Cabral, e comenta que em virtude da possibilidade de implantação de um empreendimento, não só uma usina nuclear, mas
336 qualquer empreendimento que possa ocasionar ação degradadora ou poluidora, o empreendedor tem como obrigação
337 apresentar um Estudo de Impacto Ambiental – EIA. No entanto, o empreendimento da Usina Nuclear de Itacuruba está em
338 fase de prospecção, pois ainda não ocorreu a formalização de implantação do empreendimento. Nesse sentido, o CBHSF
339 solicitou à Agência Peixe Vivo a contratação de um consultor especialista em geração de energia nuclear para avaliar os
340 possíveis impactos ambientais caso o empreendimento seja implantado no município de Itacuruba. O consultor fará uma
341 avaliação de cunho científico das possibilidades de impactos ambientais caso a usina nuclear seja instalada no local e
342 entregará um parecer sobre a avaliação preliminar de riscos do possível empreendimento. Na sequência, José Maciel
343 comenta que as deliberações foram aprovadas no primeiro dia de reunião plenária, porém, o segundo dia conta com a
344 aprovação da ata da última reunião plenária do CBHSF. Além disso, José Maciel explana que o primeiro dia abordou
345 assuntos importantes e que foi possível esgotar os informes da pauta. Sugere que no dia seguinte a reunião se inicie às
346 13h30 para que seja possível tratar dos demais assuntos e apresentações previstas em pauta. Os demais membros
347 concordam com a sugestão de iniciar a reunião às 13h30. Em seguida, Roberto Farias, coordenador da CTIL, questiona quais
348 as matérias que seriam tratadas no primeiro dia passaram para a pauta do segundo dia de reunião. Com a palavra, Rúbia
349 Mansur esclarece que os temas a serem abordados no segundo dia de reunião serão: o processo de conflito de uso da bacia
350 do rio Grande; Apresentação sobre a cobrança na bacia hidrográfica do Rio São Francisco; Aprovação da ata e Apresentação
351 sobre o SIGA SF. Em seguida, José Maciel agradece a presença de todos e encerra o primeiro dia de reunião. **Continuidade**
352 **reunião – 2º dia.** Aos quatro dias do mês de setembro de 2020, às 13h40m, o Presidente do CBHSF, Anivaldo de Miranda
353 agradece a presença de todos e declara reaberta a XXXVIII Plenária Ordinária do CBHSF. Na sequência, passa a palavra para
354 Cláudio Ademar, relator do processo e membro da CTIL, para explanar sobre o informe referente ao Processo de Conflito de
355 Uso da bacia do rio Grande. Em seguida, Cláudio Ademar, relator da Comissão Processante, comenta sobre o status do
356 processo de conflito de uso no Ribeirão Boa Sorte, na região Oeste do Estado da Bahia, nos municípios de Catolândia e

357 Barreiras. Fala sobre a primeira ação da Comissão Processante, composta por ele, Moisés Meneses e João Bastos, com o
358 apoio da pedagoga Tatiane Barreto. A Comissão Processante foi criada após demanda do comitê da bacia hidrográfica do
359 Grande, que solicitou apoio do CBHSF na resolução do conflito pelo uso da água na região. Em seguida, a Comissão
360 Processante foi formada pelos membros da CTIL e realizou um diagnóstico local, para tomar conhecimento sobre as
361 instituições, como INEMA, Ministério Público, prefeituras envolvidas, comitê do Grande e a realidade local das barragens
362 construídas. Na visita de campo, a comissão processante verificou que várias das barragens não eram controladas pelo
363 poder público e sim pelos usuários locais, além disso, as barragens não possuem manutenção adequada. Após as visitas de
364 campo, a Comissão percebeu que o poder público do município de Catolândia possui certa resistência em relação à
365 instauração do conflito, por fim, acabaram participando. Além disso, sentindo necessidade de realizar o cadastro dos
366 usuários das famílias locais, a comissão solicitou às prefeituras dos municípios de Barreiras e Catolândia para realizarem o
367 cadastro dos usuários. A prefeitura de Barreiras finalizou o cadastro, entretanto a prefeitura de Catolândia estava no início
368 do processo de cadastro e a pandemia acabou atrapalhando e interrompendo esse processo. Posteriormente, a comissão
369 elaborou uma escuta social com os usuários, principalmente integrantes da agricultura familiar para conhecer mais de perto
370 a situação dos pequenos usuários. Segundo Cláudio Ademar, existe um consenso da comissão e dos envolvidos em resolver
371 o conflito de uso, tanto do poder público quanto dos usuários de água. Além disso, a comissão Processante solicitou à
372 EMBASA e ao INEMA envio dos dados de disponibilidade hídrica da região, pois na época de chuva não é possível identificar
373 o conflito, entretanto, na época mais seca o conflito retorna. Explana ainda que a montante dos barramentos existe uma
374 boa oferta de água já os usuários a jusante dos barramentos são mais prejudicados e afetados com a escassez de água.
375 Segundo Cláudio Ademar, a agricultura local é predominantemente familiar e a irrigação é feita por sulcos, técnica arcaica
376 que consome bastante água. A comissão processante está aguardando o relatório situacional do INEMA e da EMBASA e o
377 CBH Grande está elaborando um cálculo de demanda hídrica da bacia para auxiliar no diagnóstico. Além disso, comenta que
378 a comissão aguarda o fim da pandemia para retomar os trabalhos presenciais e chegar a uma solução do conflito de uso.
379 Em seguida, Roberto Farias, coordenador da CTIL, completa dizendo que mesmo com a pandemia a comissão processante
380 avançou, na próxima semana terá uma reunião virtual da comissão para traçar os próximos passos. Segundo Roberto Farias,
381 a intenção da CTIL é resolver o conflito até o final de dezembro. Na sequência, Ednaldo Campos solicita a palavra,
382 parabeniza o trabalho da comissão processante e comenta que ele solicitou à DIREC a inclusão do ponto de pauta sobre o
383 conflito de uso. Comenta que usualmente a instauração do conflito se dá através do comitê de bacia que é a primeira
384 instância para resolução dos conflitos, e o comitê estadual não tem recursos financeiros e técnicos estruturados, como a
385 CTIL do CBHSF, para resolver um conflito. Ednaldo Campos explana que não é interessante recorrer ao estado nessas
386 situações, pois muitas vezes a resolução do conflito vai contra o ponto de vista do estado. Em seguida, Johann Gnadlinger
387 comenta que conhece muito bem a região e as barragens, que devem existir a mais ou menos 100 anos, foram construídas
388 pela população, derrubadas pelas enchentes e construídas novamente. Fala que o sistema de irrigação era controlado e
389 construído pela população, sem a utilização de agrotóxicos. Na sequência, Athadeu Silva comenta que não sabia sobre o
390 conflito e agradece Ednaldo Campos por solicitar essa pauta e dar conhecimento sobre o assunto e questiona Cláudio
391 Ademar se o estudo de demanda hídrica que está sendo feito é local ou mais abrangente e solicita mais informações sobre
392 o conflito para caso possa contribuir, pois a CODEVASF atua na região. Em seguida, Professora Yvonilde Medeiros questiona
393 Cláudio Ademar se o balanço hídrico leva em consideração água subterrânea e superficial e se coloca a disposição para
394 analisar dados ou alguma caracterização já elaborada. Na sequência, Larissa Cayres faz uma reflexão sobre a relação dos
395 comitês estaduais e federais em casos de conflito de uso e comenta que a política de recursos hídricos baiana repete a Lei
396 9.433/97 quando diz que compete aos comitês de bacia arbitrar em primeira instância os conflitos que envolvem o uso dos
397 recursos hídricos e estabelece como competência do Conselho Estadual de Recursos Hídricos da Bahia arbitrar em segunda
398 instância administrativa os conflitos. E como o CBHSF assumiu um conflito estadual, caso algum usuário desagrada da
399 decisão do conflito, a quem ele recorreria? Em seguida, questiona e se preocupa como fica a relação entre os dois sistemas
400 de gestão de recursos hídricos, o sistema nacional e o sistema estadual, e a legalidade do processo. Em seguida, Cláudio
401 Ademar retoma as perguntas feitas anteriormente por Athadeu Silva e Yvonilde Medeiros e explana que a área de atuação
402 da Comissão Processante na resolução do conflito se estende entre os municípios de Barreiras e Catolândia, no ribeirão Boa
403 Sorte. Segundo Cláudio Ademar, o conflito trata apenas das águas superficiais e agradece a disponibilidade da professora e
404 de seus alunos. Na sequência, Ednaldo Campos comenta que na região existem várias barragens clandestinas e uma delas
405 foi construída pela CODEVASF, provavelmente não foi catalogada e precisa de manutenção. Além disso, comenta que a
406 comissão processante encaminhou ofícios para as entidades locais, como por exemplo, a EMBASA para obter informações
407 de qualidade e quantidade de água, o INEMA para obter informações sobre o cadastramento das barragens, e até mesmo a

408 CODEVASF. Ednaldo Campos comenta que caso o Sr. Athadeu Silva não tenha conhecimento sobre os ofícios enviados à
409 CODEVASF, solicita que a APV os encaminhe novamente. Com a palavra, Professora Yvonilde esclarece o questionamento
410 de Larissa Cayres e comenta que devido ao fato do comitê estadual não ter recursos financeiros e técnicos para resolver o
411 conflito, este solicitou ao comitê federal, que possui recursos, para ajudar na solução do conflito e caso haja algum impasse
412 será algo fácil de resolver com uma conversa e boa vontade. Além disso, Yvonilde Medeiros se preocupa com a fala de
413 Cláudio Ademar sobre a demanda de água, atrelada às outorgas e ao cadastro dos usuários, pois a ausência desses
414 instrumentos trás dificuldades na resolução do conflito, ainda mais por se tratar de uma bacia pequena com informações
415 escassas, e por isso, frisa que não é apenas descobrir a demanda hídrica, mas sim, a disponibilidade hídrica da bacia. Na
416 sequência, Pedro Lessa solicita a palavra e comenta que existe uma lei sobre barragens que explana as competências
417 diferentes do órgão gestor, que tem a função de fiscalizar, e do empreendedor da barragem, que administra a barragem.
418 Segundo Pedro Lessa, quando se instaura o conflito é importante que o comitê analise os usos prioritários da bacia e o
419 comitê pode contratar um consultor para auxiliar na solução do conflito, a decisão vai para o plenário e posteriormente
420 para o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, já que o rio em questão é de domínio estadual. Em seguida, Cláudio Ademar
421 explana que as barragens, construídas por volta de 1970, como apontadas por Johann Gnadlinger, contavam com uma
422 disponibilidade hídrica diferente da atual e, além disso, existem vários barramentos na região construídos por diversas
423 entidades, tanto pelas prefeituras, como pelos usuários e até mesmo por emendas parlamentares. Segundo Cláudio
424 Ademar existem barragens no local do conflito que foram construídas pelo poder público e que não possuem um
425 empreendedor que se responsabilize pelo barramento, sem outorga nem cadastro. Além disso, comenta que a comissão
426 processante tem tentado contato com a CODEVASF, sem sucesso, e solicita que Athadeu Silva se envolva mais para ajudar
427 na solução do conflito, pois até o presente momento a CODEVASF não se fez presente nas reuniões e negociações. Na
428 sequência, o presidente do CBHSF, Anivaldo Miranda, solicita a palavra para dar algumas recomendações sobre o ponto de
429 pauta, como por exemplo, o conflito e competências exposto por Larissa Cayres, e solicita que a CTIL discuta sobre a
430 indagação exposta por ela. Além disso, Anivaldo Miranda comenta que o CBHSF é o comitê pioneiro em deliberações claras
431 de condução de conflito pelo uso da água, entretanto, tem-se muito a aprender. Esclarece que não existe empecilho em um
432 comitê federal auxiliar um comitê estadual, pertencente a sua bacia. Segundo Anivaldo Miranda, fica claro a existência de
433 conflitos nas localidades onde existe a ausência do poder público. Para o presidente do CBHSF, é importante que a União e
434 os Estados universalizem os instrumentos de gestão, como por exemplo, caso a localidade do conflito tivesse um sistema de
435 outorga confiável, cadastramento dos usuários, cobrança pelo uso da água, monitoramento da quantidade e qualidade das
436 águas, enquadramento dos corpos hídricos, um Estado competente aplicando a lei de segurança de barragens ou até
437 mesmo o licenciamento ambiental das barragens construídas, essa situação não estaria ocorrendo. Além disso, Anivaldo
438 Miranda comenta que Almacks Silva é o representante do CBHSF na Câmara Técnica de Segurança de Barragens no CNRH, e
439 que a comissão processante pode acioná-lo caso julgue pertinente. Ademais, comenta que o CNRH irá se debruçar sobre
440 esse assunto, pois existe um projeto de lei, aprovado pela Câmara e a caminho do Senado, que torna mais rigorosa a
441 fiscalização e legislação de segurança de barragens, envolvendo todos os aspectos discutidos neste ponto de pauta.
442 Segundo Anivaldo Miranda, o CBHSF se coloca à disposição para participar de ações relacionadas à resolução deste conflito
443 e comenta que o CBHSF possui um Termo de Cooperação Técnica com o Governo da Bahia, tendo como um dos princípios
444 fazer o governo público presente, garantindo um sistema de outorga confiável, o cadastramento dos usuários, a
445 implementação da cobrança pelo uso da água e que os processos legais sejam implementados, pois o CBHSF faz a sua parte
446 através da Fiscalização Preventiva Integrada. Por fim, sugere que o CBHSF e o comitê do Grande mapeiem essas demandas
447 para definir as ações, parabeniza a Comissão Processante e comenta que o novo Plano de Aplicação do CBHSF possui
448 recurso financeiro para ser aplicado em projetos de capacitação. Nesse sentido, o presidente do CBHSF coloca esse recurso
449 à disposição para realizar uma capacitação dos irrigantes no local do conflito. Na sequência, Rúbia Mansur passa para o
450 próximo ponto de pauta, aprovação da minuta ata da última reunião Plenária, que ocorreu em Aracaju/SE nos dias 05 e 06
451 de dezembro de 2019. Com a palavra, o secretário do CBHSF, Lessandro Gabriel conduz a aprovação da minuta da ata da
452 última reunião plenária. Após considerações da Sra. Sonáli Oliveira, o Sr. Lessandro Gabriel coloca em votação a aprovação
453 da ata e solicita que os membros que aprovarem o documento permaneçam como estavam e os membros que discordarem
454 se manifestem. Nesse sentido a ata foi aprovada por unanimidade. Em seguida, passa a palavra para Almacks Silva fazer a
455 apresentação sobre “O mergulho na cobrança pelo uso das águas na bacia hidrográfica do rio São Francisco”. Com a palavra
456 Almacks Silva inicia sua apresentação e comenta que é fruto de um trabalho elaborado por ele, pois pessoalmente, sempre
457 teve interesse em estudar os dados da cobrança enviados pela Agência Nacional de Águas à Agência Peixe Vivo. Almacks
458 Silva contextualiza historicamente a cobrança pelo uso da água na bacia hidrográfica do rio São Francisco e apresenta um

459 detalhamento sobre o assunto, baseando-se no Relatório Conjuntura dos Recursos Hídricos 2019, elaborados pela Agência
460 Nacional de Águas. Em seguida, o secretário do CBHSF agradece a apresentação de Almacks Silva e abre um espaço para
461 perguntas. Com a palavra, Sonáli Oliveira parabeniza a apresentação e comenta ter sentido falta da informação do
462 pagamento pelo uso da água realizado pelo setor elétrico, iniciado no ano de 1990, valor expressivo que não pode ser
463 desconsiderado pela bacia e municípios. Segundo Sonáli Oliveira, no ano de 2019, foram pagos R\$ 107 milhões de reais pelo
464 setor elétrico pela compensação pelo uso dos recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio São Francisco, desse valor R\$ 24
465 milhões foram destinados aos estados da bacia e R\$ 68 milhões para municípios, ou seja, ao todo cerca de R\$ 82 milhões de
466 reais foram destinados a estados e municípios, desse valor R\$ 79 milhões são oriundos da geração nas usinas da CHESF.
467 Para ela, é um valor considerável que não pode ser descartado. Além disso, comenta que o recurso pago pelo Setor Elétrico
468 pelo uso da água, viabilizou a criação da ANA, auxilia o sustento do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos
469 Hídricos e pesquisa no país. No ano de 2019, o Fundo Nacional de Desenvolvimento em Ciências e Tecnologia, recebeu R\$
470 3,8 milhões de reais, R\$ 2,8 milhões para MME e MMA, respectivamente, e R\$ 11,5 milhões para a ANA, totalizando os R\$
471 107 milhões de reais pagos pelo setor elétrico. Diz que a CHESF dá publicidade a esses valores através de uma cartilha que
472 costuma ser distribuída em reuniões as quais a entidade participa, devido a pandemia esse material ainda não foi
473 distribuído ao comitê. Finaliza solicitando que Rúbia Mansur distribua esse material assim que receber. Em seguida, Almacks
474 Silva comenta que o trabalho elaborado por ele foi baseado nos números e dados apresentados no Relatório Conjuntura da
475 ANA e se desculpa por não ter abordado os dados do setor elétrico. Na sequência, a representante da CHESF se coloca a
476 disposição para apresentar essas informações para o comitê. Posteriormente, Pedro Brito, representante da SEMARH/AL
477 solicita a palavra, parabeniza o autor e comenta que o repasse do recurso oriundo do setor elétrico para a ANA, de 2001 a
478 2019, corresponde a dois bilhões, setecentos e cinquenta milhões de reais, quase três bilhões de reais, um valor altamente
479 relevante. Além disso, comenta que também está fazendo um trabalho sobre a cobrança pelo uso dos recursos hídricos
480 com um estudo de caso na bacia hidrográfica do rio São Francisco e elaborou um questionário a ser aplicado junto aos
481 usuários da bacia para identificar ações, iniciativas de uso racional e eficiente dos recursos hídricos e obter um
482 posicionamento desses usuários a respeito da cobrança. Aproveita para solicitar o apoio dos membros do CBHSF que são
483 usuários da bacia ou que conheçam algum usuário da bacia, que possam ajudar na divulgação e preenchimento do
484 questionário. Com a palavra, Yvonilde Medeiros comenta sobre a relevância do assunto abordado por Almacks, explica que
485 ficou surpresa com o fato de que a arrecadação da Bahia ser maior do que a arrecadação do estado de Minas Gerais e
486 sugere que o trabalho seja público. Na sequência, Rúbia Mansur comenta que o trabalho apresentado por Almacks Silva
487 será publicado no site do CBHSF e enviado para os membros por e-mail. Em seguida, Thiago Santana, representante do
488 IGAM, comenta sobre a fala de Almacks referente à existência da cobrança da bacia do Rio das Velhas e a não existência na
489 bacia do rio Paraopeba. Segundo Thiago Santana o estado de Minas Gerais entende que o comitê é o ente primário para dar
490 o start no processo de implementação da cobrança. Comenta que o IGAM lançou um decreto que estabelece o prazo de 2
491 anos para implementação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em todos os comitês do estado e que foi criado um
492 grupo de trabalho dentro do CERH/MG para estabelecer critérios e a expectativa de um PPU base, já que a implantação da
493 cobrança é complexa ficando a cargo do comitê estabelecer os valores para aprovação do Conselho Estadual. Na sequência,
494 Deivid Oliveira, representante da FIEMG, parabeniza Almacks Silva pela apresentação e sugere que a mesma seja feita na
495 CTOC – Câmara Técnica de Outorga e Cobrança, já que nem todos os membros da câmara fazem parte do plenário do
496 CBHSF. Deivid Oliveira sugere que os estudos de cobrança acrescentem os resultados da implementação da cobrança, não
497 apenas a aplicação, mas também pontos de melhoria. Em seguida, Almacks Silva agradece os elogios e se coloca à
498 disposição para apresentar seu trabalho na CTOC. Posteriormente, Rúbia Mansur passa a palavra para Thiago Campos e
499 Mateus Carvalho, da Agência Peixe Vivo, para apresentarem sobre o Sistema de Informações do São Francisco - SIGA SF.
500 Com a palavra, Thiago Campos explica que o sistema de informações é um instrumento de gestão de recursos hídricos
501 previsto na Lei 9.433/97 e tem como objetivo realizar a coleta, tratar, armazenar e disponibilizar informações sobre
502 recursos hídricos de um determinado território. O SIGA SF tem algumas oportunidades, uma delas é servir de porta de
503 entrada para buscar o Pacto das Águas, pois a ferramenta irá reunir informações sobre os usos da água, usuários e
504 demandas de recursos hídricos. Segundo Thiago Campos, o SIGA SF está em fase de desenvolvimento e a intenção é criar
505 uma plataforma amigável, operável e colaborativa em um modelo conceitual construído com o auxílio dos estados da bacia
506 na parte de recebimento e disponibilização de dados. Na sequência, Thiago Campos passa a palavra para o gestor técnico
507 do contrato, Mateus Carvalho. Com a palavra, Mateus Carvalho agradece, dá continuidade à apresentação e explica sobre
508 a execução do projeto apresentando o cronograma físico-financeiro do SIGA SF. Segundo Mateus Carvalho, está sendo
509 elaborado um Relatório Consolidado que reunirá as possíveis formas de integrar os dados coletados dentro do sistema.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

**ATA DA XXXVIII PLENÁRIA ORDINÁRIA REALIZADA NOS DIAS
03 E 04 DE SETEMBRO DE 2020 – VIDEOCONFERÊNCIA**

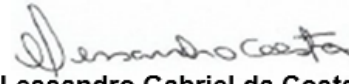
510 Além disso, apresenta mais detalhadamente um dos módulos do SIGA SF, o módulo de Acompanhamento das Ações dos
511 projetos, e explana que será possível visualizar todas as informações financeiras e de execução das demandas contratadas
512 pelo CBHSF através da APV. Em seguida, Rúbia Mansur agradece a apresentação e passa a palavra para Yvonilde Medeiros.
513 Com a palavra, Yvonilde Medeiros convida os membros do CBHSF para assistirem a Defesa do Memorial para a promoção à
514 Classe de Professora Titular e agradece a todos os colegas da bacia do rio São Francisco. Na sequência, o presidente
515 Anivaldo Miranda parabeniza a conquista da Professora Yvonilde Medeiros e agradece a presença de todos e declara
516 encerrada a XXXVIII Plenária Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. *Ata aprovada em Reunião*
517 *Plenária do dia 27 de novembro de 2020 por meio de videoconferência.*

518

519



Anivaldo de Miranda Pinto
Presidente do CBHSF



Lessandro Gabriel da Costa
Secretário do CBHSF